



PRODUÇÃO DO E NO CAMPO: ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO TERRITÓRIO PARAENSE, AMAZÔNIA, BRASIL

PRODUCTION OF AND IN THE FIELD: ECOLOGIZATION OF AGRICULTURE IN THE TERRITORY OF PARÁ, AMAZON, BRAZIL

Aelton Dias Costa – UFPA – Abaetetuba – Pará – Brasil
aeltondcosta@gmail.com.

Rita Denize de Oliveira – UFPA – Belém – Pará – Brasil
denize40geotm@gmail.com.

Max José Costa Costa - UFPA – Abaetetuba – Pará – Brasil
max22jose@gmail.com.

Tairis Dias Costa – UFPA – Belém – Pará – Brasil
tairis.costa@ineaf.ufpa.br.

RESUMO:

A agricultura pode ser compreendida por ao menos dois grandes processos, modernização conservadora da agricultura, que se divide em duas ondas, a primeira iniciada com a revolução industrial e a segunda, a partir dos anos 1970, que almeja uma transição para produção agrícola financeirizada, gerando a transição do meio técnico para o meio técnico científico informacional. Na agricultura, do agrário para o rural. O fortalecimento de críticas ao modelo modernizante da agricultura, principalmente sobre a sustentabilidade ambiental e social, é levantado internacionalmente na década de 1970 em meio à crise energética, neste momento começou-se a buscar propostas que convertessem a agricultura modernizada em uma agricultura ecologizada, é a esse processo de transição que estamos chamando de ecologização da agricultura. O presente artigo analisa o fenômeno da ecologização no território paraense a partir de políticas públicas, discursos e estratégias lançadas pelos diferentes atores que disputam o direito ao uso dos recursos presentes. Pode-se observar duas redes de atores atuantes, o que configurou duas lógicas de ecologização da agricultura, a ecotecnocrática e a ecossocial, ora próximo aos setores patronais, ora próximo aos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Ecologização, Território, Agricultura, Amazônia Paraense.

ABSTRACT:

Agriculture can be understood by at least two major processes, the conservative modernization of agriculture, divided into two waves, the first beginning with the industrial revolution and the second wave of conservative modernization of agriculture starting in the 1970s, this time aspire to a transition to a financialized agricultural production, generating the transition from the technical environment to the informational scientific technical

environment. In agriculture, from the agrarian to the rural. The strengthening of criticisms of the modernizing model of agriculture, especially with regard to environmental and social sustainability, are raised internationally in the 1970s in the midst of the energy crisis, at this moment it began to seek proposals that would convert modernized agriculture into a green agriculture, it is this transition process that we are calling the greening of agriculture. This article analyzes the phenomenon of ecologization in the territory of Pará from public policies, discourses and strategies launched by different actors who dispute the right to use the present resources, it is possible to observe two networks of active actors, which configured two logics of ecologization of agriculture, the ecotechnocratic and the ecosocial, sometimes close to the employer sectors, sometimes close to traditional peoples and communities and family farming.

Keywords: Ecologization, Territory, Agriculture, Pará Amazon.

INTRODUÇÃO

A agricultura pode ser pensada por ao menos dois grandes processos, o primeiro é a modernização conservadora da agricultura que pode ser dividida em duas ondas, a primeira iniciada com a revolução industrial, tendo como intencionalidade a transição de uma produção do campo em uma produção industrial agrícola. Santos (2001) compreende esse movimento dentro do processo de globalização industrial, cuja sua modificação no espaço construído será tamanha que constituirá o meio técnico em detrimento da superação dialética do meio natural, na agricultura esse movimento se dará na transição do campo em agrário.

A segunda onda de modernização conservadora da agricultura dar-se a partir dos anos 50, desta vez almejasse uma transição para uma produção agrícola financeirizada, cuja tecnologia avançada da informação, biologia e química refinada torna-se base, gerando a transição do meio técnico para o meio técnico científico informacional. Na agricultura, do agrário para o rural.

Em paralelo a segunda onda de modernização conservadora da agricultura, ocorre o fortalecimento de críticas ao modelo modernizante da agricultura principalmente no que concerne a sustentabilidade ambiental e social, esses questionamentos são levantados internacionalmente na década de 1970 em meio à crise energética. Assim, começou-se a buscar propostas que convertesse a agricultura modernizada em uma agricultura ecologizada, é a esse processo de transição que estamos chamando de ecologização da agricultura.

Se tomarmos esta linha de raciocínio no momento atual encontram-se dois processos correndo em paralelo, ora rivais, ora aliados. Isso será possível porque os processos são viabilizados de acordo com a intencionalidade e força política de determinados atores da sociedade, por exemplo, a segunda onda de modernização da agricultura gera os conglomerados alimentares, as empresas do agronegócio. Esses atores tomaram dois discursos em relação a ecologização da agricultura, o primeiro, mais agressivo, é o discurso do antiecológismo necessário e o segundo, mais dissimulado, o discurso do capitalismo verde. Por outro lado, esse processo permite a crítica estrutural da modernização conservadora da agricultura, sendo assim, a ecologização da agricultura abraçada pelos atores/agentes populares que se contrapõem ao modelo hegemônico vigente, tomando a agroecologia como ferramental básico para a efetivação do processo de ecologização da agricultura, formula um novo desenvolvimento rural que privilegie os empobrecidos do campo.

Destarte, podemos dizer que o processo de ecologização da agricultura pode ser institucionalizado a partir de duas lógicas, uma próxima aos setores patronais e outra próxima aos setores populares, a primeira chamamos de ecotecnocrática e a segunda de ecossocial.

A partir da década de 1970 ocorre no âmbito mundial fortes discussões sobre o modelo de sociedade que se encontrava, principalmente no que se refere as questões ambientais, diante das evidências da poluição e degradação dos rios, mares, ar e florestas por todo o globo, levou-se a discussões internacionais e a conferência de Estocolmo em 1972, impulsionando o movimento ambientalista, pressionando assim, o modo de produção capitalista e os países mais desenvolvidos, principais poluidores.

Em contrapartida em 1987 foi elaborado o relatório Nosso Futuro Comum (GOMES, 2014). Importante instrumento que trouxe o termo desenvolvimento sustentável, que depois passar a guiar boa parte das políticas ambientais no Brasil e no mundo. Sendo mais reforçadas com a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO DE JANEIRO, 1992).

Entretanto, como mensurar ou medir os impactos de políticas denominadas sustentáveis? Costabeber e Caporal (2004) compreendem duas linhas de pensamento

para o Desenvolvimento Rural Sustentável. A ecotecnocrática, entendendo que o desenvolvimento sustentável deve ser garantido com aplicação de tecnologias que permitam alta produtividade, sem o esgotamento dos recursos disponíveis e assim garantindo o usufruto dos recursos para as gerações futuras. A segunda linha é a ecossocial que compreende o desenvolvimento sustentável a partir do equilíbrio sociedade/natureza buscando uma coevolução.

Das duas linhas apresentadas a ecossocial apresenta-se como mais completa, por entender que o processo de desenvolvimento sustentável está além da preservação e da diminuição dos impactos ambientais, mas um desenvolvimento sustentável que combate as desigualdades sociais, promovendo a dignidade humana dos povos, respeitando o modo de vida das localidades e defendendo o planejamento participativo cujo centro das discussões não seja o crescimento econômico, mas a qualidade de vida e a promoção da dignidade humana.

O processo de ecologização da produção agrícola no território paraense pode ser pensado com propostas ligadas a linha de pensamento ecotecnocrático e ecossocial. A primeira ganha destaque no cenário amazônico, a partir do discurso de combate ao desmatamento e da diminuição da emissão de gases do efeito estufa, promovendo políticas que mitiguem os impactos do modo de produção capitalista, propondo mudanças comportamentais e tecnológicas, sem mudar as estruturas do sistema. A segunda ganha destaque através dos movimentos sociais de base do Campo, o discurso agroecológico e as lutas de educação do Campo.

OBJETIVOS

O artigo tem como objetivo analisar as principais experiências das correntes de ecologização do campo no território paraense, sendo pautado na aplicação da tecnologia e mudanças no comportamento das relações produtivas e tendo a agroecologia como ferramental base para sua implementação. Em virtude dessas questões, o texto encontra-se dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais, a primeira apresenta as práticas de ecologização da agricultura a partir da lógica ecotecnocrática e a segunda a partir da lógica ecossocial. Dessa forma,

busca-se compreender uma nova configuração espacial do território paraense sob os processos ecologizadores.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como perspectiva uma abordagem qualitativa, de tipo documental. Tomando como base para análise da corrente ecologizante ecotecnocrática foi partir do relatório de 2015 do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas - FPMC e do Imazon. Enquanto que a análise da corrente ecossocial teve como base: a) surgimento das ideias agroecológicas no estado (meados de 1980 a 1990), b) O período das ONG's (1990 a 2000), c) O surgimento de políticas públicas de promoção da agroecologia no Pará (2000 a 2010) e d) do Pará (2010 a 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A lógica de ecologização ecotecnocrática no território paraense

Afim de analisar as tipologias territoriais ligadas ao processo de ecologização ecotecnocrática no território paraense, foi examinado o relatório do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas - FPMC (PARÁ, 2015) e do Imazon (BRITO, 2021) os quais, revelam as ações do Estado do Pará, em relação as ações de mitigação dos impactos da produção agrícola.

O FPMC é um organismo que atua no estado do Pará, formado por um conjunto de entidades públicas e privadas que tratam do tema de mudanças climáticas, tendo como missão o diálogo dos variados setores da sociedade, rumo ao enfrentamento sobre as questões de mudanças do clima e seus impactos socioambientais e econômicos, este fórum foi responsável pela elaboração do documento estudado.

O Fórum Paraense de Mudanças Climáticas (FPMC), criado pelo decreto estadual nº. 1.900/2009 e reinstituído pelo decreto estadual nº. 518/2012, reuniu-se em dezembro de 2014 e maio de 2015 para discutir e aprovar um documento com recomendações para uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Pará. (PARÁ, 2015, p. 7)

O Pará até o momento não possui uma política direcionada diretamente a questão de mitigação e adaptação as mudanças climáticas, o documento analisado é quem dar os primeiros passos nesse sentido, oferecendo propostas e indicações, o

documento ressalva que apesar do estado não ter uma política que trate diretamente do assunto, já tem tido iniciativas nessa direção. Nossa proposta, é partir a do documento em questão, levantar as principais ações que o estado vem tomando nos últimos anos sobre o assunto.

Antes de tratarmos das políticas do governo estadual é bom compreendermos como se deu a questão ambiental no âmbito global e nacional a fim de observarmos as várias escalas de ações e interesses no jogo da política e do planejamento.

A questão ambiental na escala global ganha força a partir dos anos de 1970, principalmente com a conferência sobre o meio ambiente (ESTOCOLMO, 1972). Esta conferência levou ao debate intencional o tema das mudanças climáticas e o estilo de desenvolvimento empregado pelos países, especialmente os mais desenvolvidos, a conferência pressionou os países pela busca de um novo estilo de desenvolvimento, assim, em 1987 é proposto pelos países ricos o desenvolvimento sustentável, através do relatório *Nosso Futuro Comum*.

A efervescência da questão ambiental influenciou as políticas nacionais, estimulando as leis ambientais presentes na Constituição de 1988 e as políticas nacionais estabelecidas após o CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO DE JANEIRO, 1992). Na Amazônia a principal discussão vai ser sobre o desmatamento, pois é a maior causa de emissão de Gases do Efeito Estufa GEE na região.

O Pará é responsável pela maior parte da emissão de GEE do Brasil, dada em função do desmatamento com os grandes empreendimentos e políticas de desenvolvimento implantadas no estado, cujo paradigma vê a floresta como inimiga. O documento de recomendação do FPMC, nos expõem que apesar do Pará ser um emissor considerável, também é potencialmente um grande redutor das emissões.

De fato, o Pará atualmente é responsável por uma parte considerável das emissões de GEE do Brasil, mas também carrega grande potencial de redução. Estima-se que 14% das emissões brasileiras em 2013 ocorreram no Pará, o que equivale a 8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (tCO₂) dos 57 bilhões de tCO₂ emitidos pelo Brasil para o mesmo período (Figura 1). Assim, a redução de emissões no estado será um passo importante para atingir os compromissos voluntários do Brasil de redução de emissões de GEE entre 36,1-38,9% em relação às emissões projetadas para 2020. (PARÁ, 2015, p. 15).

As ações do estado junto as políticas nacionais desde 2006 foram decisivas para a diminuição das emissões no estado colocando-o em posição privilegiada na força tarefa dos Governadores para o Clima e a Floresta – GCF, porém o estado não tem uma política específica para o assunto. Proposta que surgirá no documento de recomendações do FPMC 2015.

Nosso foco central será nas ações estaduais para as mitigações e adaptações das mudanças climáticas, a partir daqui trataremos de cada ação a começar pela criação do fórum que deu origem ao documento estudado.

Criação do GCF

A partir de 2008 o estado do Pará inicia sua jornada no debate de ações de mitigação e adaptação do clima. O que fez o estado mover-se em relação as ações não está explícito no documento, haja vista que o desmatamento é um problema que tem sido debatido no país desde a década de 70, 80 e 90. O estado então reuniu com outras unidades federativas da Amazônia e governos estaduais de outros países, em particular o estado da Califórnia nos Estados Unidos. Em 2009 os governadores assinaram um termo de compromisso na primeira reunião do GCF sediada em Belém, o estado liderou o grupo até 2010.

Neste termo de compromisso assinado pelos governadores em 2009 cria-se a força tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta – GCF, assim como o Fórum Paraense de Mudanças Climáticas – FPMC no intuito de fortalecer as ações no estado.

Para gerir as ações é criado em 2011 o fundo GCF, responsável por buscar estratégias de captação de recursos para a agenda das ações do grupo e para as necessidades específicas de cada estado a partir de suas potencialidades individuais. No mesmo ano devido o protagonismo dos estados da Amazônia, é proposto uma organização que trate de seu diálogo com o Planalto Central do Brasil e prepare as agendas dos estados em relação ao âmbito ambiental, essa tarefa foi destinada ao instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – Idesam.

Esses órgãos serão fundamentais para as ações estabelecidas no estado, principalmente no que se refere ao planejamento e elaboração. Algo interessante de se observar é qual a linha de pensamento dada e essas ações? Quais as matrizes que norteia o pensamento? E que visão é posta em relação a natureza, ao ambiente e a

Amazônia? Segundo Correia (1987) toda a ação de organização do espaço está embutida de uma ação de controle, resta nos identificarmos de quem? Para quem? E por quem é organizado o espaço?

De início o FPMC cria três câmaras técnicas (CT), sendo uma para discutir o tema REDD+, outra para discutir uma minuta de projeto de lei de política estadual do clima e uma terceira para tratar do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento no Pará (PPCAD/PA).

A primeira CT procurou fazer estudos junto ao Idesp sobre práticas de REDD+ no estado, a segunda CT discutiu minuta de lei junto a ONG conservação internacional – Brasil e a terceira reuniu poucas vezes e tinha como objetivo a implantação do PPCAD. A partir de 2010 o fórum teve poucas reuniões chegando a parar por um momento e em 2012 e ressurgir com novos objetivos e mais dois CTs.

- CT1 sobre Mudanças Climáticas (sob a coordenação de representante da UFPA), que recomendou:

- (i) a realização do Inventário Estadual de Emissões de GEE3; 3 Complementarmente, propôs submeter ao governo do estado um projeto para exigir inventários de emissões de GEE de determinados empreendimentos para o licenciamento ambiental.

- (ii) a criação e a disponibilização de uma série histórica com dados climáticos do estado;

- (iii) a elaboração de análises sobre a correlação desses dados com o acontecimento de eventos climáticos (extremos ou não) no estado;

- (iv) elaboração de estudo com o estado da arte das legislações nacional e estaduais sobre Mudança do Clima, a fim de balizar a elaboração da legislação paraense;

- (v) identificação dos elementos básicos para a criação de um Plano Estadual de Adaptação, a partir do mapeamento de ocorrências e de áreas de maior vulnerabilidade/risco a perdas econômicas e questões de saúde pública (por exemplo, áreas habitadas por ribeirinhos, agricultores familiares e populações tradicionais);

- (vi) propor junto aos poderes públicos estadual e federal a aquisição, manutenção e distribuição regional de estações meteorológicas para subsidiar pesquisas e estratégias do Poder Executivo.

- CT2 de Serviços Ambientais e REDD+ (sob a coordenação de representante da Uepa), que recomendou:

- (i) realizar uma rodada de capacitação específica sobre Serviços Ambientais e REDD+ para aperfeiçoamento dos representantes;

- (ii) resgatar recomendações feitas nas discussões do Fórum sobre o tema desde 2009;

- (iii) conhecer de perto mecanismos já em funcionamento, como o Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (SISA) do Acre, bem como outros avanços legais dentro ou fora do bioma amazônico. Houve, ainda, recomendações gerais, aplicáveis ao FPMC como um todo:

- estratégia de interiorização do FPMC, levando o conhecimento sobre mudança do clima às diferentes regiões do estado;
- ações de sensibilização do FPMC junto às instituições de ensino, sobretudo ensino básico;
- criação e a implementação de um Plano de Comunicação (página oficial do FPMC na Internet, redes sociais, rádios, TV), no qual devem ser divulgadas informações de funcionamento do fórum e notícias úteis correlatas;
- estabelecer uma estratégia de prospecção de parcerias, a partir da integração com outros Fóruns e demais instâncias de cooperação.

A seguir elaborou-se um quadro com os programas do governo para a mitigação e adaptação as mudanças climáticas.

Quadro 1- Planos do estado para mitigação e adaptação as mudanças climáticas

PLANO	OBJETIVO
PPCAD	I. reduzir progressivamente, as taxas de desmatamento do estado em coordenação com o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC); II. consolidar a manutenção dos remanescentes florestais do estado, garantindo a proteção restrita onde ela é necessária e conciliando o uso racional e de menor impacto dos recursos naturais onde ele for viável e desejável; III. melhorar os sistemas produtivos por intermédio do aporte de conhecimento, tecnologia, inovação, assistência técnica, financeira nas regiões de consolidação de atividades produtivas, a fim de torná-los mais sustentáveis econômica, social e ambientalmente; IV. propor alternativas de desenvolvimento econômico e de inclusão social onde o uso, o plantio e o manejo da floresta substituam atividades historicamente inadequadas ao crescimento econômico duradouro, à inclusão social e à manutenção do equilíbrio do patrimônio natural.
Programa Municípios Verdes – PMV	Auxiliar no combate ao desmatamento e fortalecimento da produção rural sustentável.
ICMS verde	Estimular financeiramente os municípios a colaborarem com algumas ações e com características de REDD+, incluindo redução de desmatamento e conservação florestal.
Agricultura de baixo carbono-Pará	Reduzir emissões de GEE relacionadas a atividade agropecuária
Plano de mineração do Pará	Planejar a gestão dos recursos minerais, com base no uso sustentável e na agregação de valor aos minérios e ao território. Com isso, o plano pretende promover a competitividade e combater a pobreza e a desigualdade no Pará, por intermédio da geração de emprego, renda e multiplicação de oportunidades.

Fonte: Elaboração do autor.

Além dos programas apresentados acima o documento apresenta as ações multi-institucionais, tais ações são acordos estabelecidos entre os setores interessados como:

- a) O TAC da pecuária: acordo entre estado, frigoríficos, redes de supermercados e agropecuaristas a fim de evitar a circulação de carne provinda de áreas sem cadastramento no Cadastro Ambiental Rural-CAR.
- b) A moratória da soja e o protocolo verdes dos grãos: acordo em os produtores de grãos e o estado a fim de conceder incentivos para produtores que obedecerem às normas ambientais deixando de comprar e/ou investir em áreas onde ocorram desmatamento.
- c) TAC da siderurgia: acordo entre as indústrias e o estado a fim de garantir a reposição florestal, através do reflorestamento assim como o plantio de florestas para uso de carvão vegetal renovável.
- d) O TAC da madeira: a fim de regulamentar a extração de madeira e monitorar o manejo e o transporte através de sistemas de monitoramento.
- f) Projetos de REDD+ para mercado voluntário: áreas privadas que preservam a vegetação para cálculo e venda de CO₂ retido. Essas práticas levaram a alguns conflitos com terras indígenas, geralmente relacionado com contratos assinados entre as empresas e os povos indígenas sem a presença do órgão mediador, Funai.
- g) ASA Paragominas: associação de serviços ambientais de Paragominas é formada por três câmaras representando a sociedade civil, os investidores e os produtores, a associação promove eventos e capacitações sobre Cotas Reserva Ambiental – CRA. Mas não há uma ação mais efetiva.

Assim como as ações multi-institucionais destaca-se as pesquisas na temática de mudanças climáticas, tendo como principais instituições a Universidade Federal do Pará –UFPA e a Universidade Estadual de Pará – UEPA, além da EMBRAPA Oriental. Essas instituições são apoiadas por instituições de pesquisa como Imazon, Ipam e Inmet.

O fórum recomenda que o estado elabore estratégias de REDD+ para áreas em crescente processo de desmatamento, para isso o fórum ainda recomenda que se estabeleça um sistema jurisdicional do Estado, a fim de contabilizar o desmatamento e certificar a diminuição de emissões de GEE para captar recursos diretamente. O fórum ainda ressalva a importância de o Estado estar em consonância com os planos setoriais do governo federal como:

- a) Plano ABC: Plano agricultura de baixo carbono afetando diretamente o estado por estar ligado as práticas de diminuição de desmatamento.
- b) Plano setorial de mineração: o Pará é um dos maiores interessados, haja vista que dentro do seu território localiza-se grandes explorações minerais.
- c) Plano setorial de siderurgia e expansão de florestas energéticas: um tema em crescente desenvolvimento no estado e que vem sendo cada vez mais forte.

d) Plano de energia: o estado é um dos maiores produtores de energia principalmente hidráulica, o plano pretende aumentar essa produção, o fórum recomenda a discussão da implantação de projetos que priorizem energias renováveis sem grandes impactos socioambientais tão desastrosos quanto as hidroelétricas.

Por fim o FPMC recomenda que o estado tome medidas de adaptação as mudanças climáticas, compreendendo que as mudanças estão em curso e o estado precisa tomar medidas para não tomar prejuízo. O fórum recomenda que o estado tome medidas de mitigação no setor público e nas estruturas, dando capacitação e formação de educação ambiental para os servidores e adaptando os prédios públicos para uma estrutura mais sustentável.

Diante do exposto podemos observar que o Estado vem tomando ações de mitigação e adaptação as mudanças climáticas, percebemos que essas ações estão muito próximas dos setores empresariais e financeiros. Outra observação que se pode fazer é o forte interesse internacional sobre o assunto, mas é o interesse do lugar? Dos povos que habitam o lugar?

Neste sentido, esta linha de ecologização promove tipologias territoriais que representam a racionalidade do capital (LEFF, 2011). Tomando como exemplo as florestas plantadas, a agricultura de precisão, a capitalização do carbono, a pecuária de baixo carbono, unidades de conservação integrada, agronegócio orgânico e empreendimento minerais e energéticos considerados de baixo impacto ambiental, legitimados por selos e certificados.

Observa-se em relação as tipologias territoriais ecotecnocrática, é sua proximidade com o sistema financeiro internacional, importação de tecnologias e exportação de matéria-prima, circuitos longos de produção, discurso de combate à pobreza e fome da geração de empregos, em nenhum momento levou-se em consideração os saberes e práticas dos povos locais, dando a entender sua marginalidade nesse modo de pensar uma sustentabilidade ambiental capitalista.

O relatório do AMAZON em Brito (2021) discute o retrocesso nas políticas de mitigação as mudanças climáticas nos últimos 7 (sete) anos, mesmos as ações de parceria entre o setor privado e o Estado passaram a ser dispensadas, pela lógica antiecológica empregada pelo grupo que comanda o país nos últimos anos. Tal postura, reflete segundo o relatório nos dados de desmatamento, do próprio Imazon chegou em

2021 a 10.321 Km² na Amazônia brasileira, o que equivale à metade do estado de Sergipe, sendo o maior índice de desmatamento em 10 anos.

O avanço de políticas que incentivam a grilagem e invasão das terras públicas, são outras estratégias empregadas pelo modelo neoliberal em curso, pode se tomar como exemplo PL 2.633/2020 e a PL 510/2021 apelidadas de “PLs da grilagem” por permitirem uma série de vantagens e incentivos de ocupação das terras públicas, aumentando os conflitos no campo. Assim, a corrente ecotecnocrática busca apresentar-se como alternativa dentro do capitalismo para impactos socioambientais que mais parecem dissimular as perversidades do projeto neoliberal.

Essas alternativas pensadas para a Amazônia como “reorganização de espaços e territórios” é analisada por Almeida (2012), que salienta o protecionismo vislumbrado pelo capital como potencial econômico e está alinhado as agroestratégias políticas cujo objetivo é fortalecer a concentração de terras em prol do capitalismo e traz consequências ambientais devastadoras.

A lógica de ecologização ecossocial no território paraense

Assis; Piraux; Azevedo (2019) levantam a questão de inexistência de uma política estadual de agroecologia e produção orgânica – PEAPO, apesar de ricas experiências. Apresentando dois principais fatores que levam a esse quadro, a indisposição por parte dos governos estaduais por uma política com base agroecológica e a dificuldade dos movimentos sociais montarem coalizões fortes.

Para a análise da formação da rede ecossocial de ecologização da agricultura tomou-se a mesma periodização utilizada pelos autores, sendo elas: a) O surgimento das ideias agroecológicas no estado (meados de 1980 a 1990) b) O período das ONG’s (1990 a 2000), c) O surgimento de políticas públicas de promoção de agroecologia no Pará (2000 a 2010) e d) do Pará (2010 a 2019).

Os primeiros contatos com as ideias agroecológicas no Pará deram-se por volta da década de 1980, com os princípios de agriculturas alternativas, segundo os autores tardiamente, já que as primeiras experiências em nível nacional já haviam adentrado no

país a mais de uma década. Esse primeiro contato foi estimulado por meio das redes eclesiais, universidades e representantes de agricultores e técnicos.

Destacam-se entre as redes eclesiais a igreja Luterana que contribuiu com ações de origem técnico-produtiva, estimulando formas alternativas de produção e a igreja Católica na organização sociopolítica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base CEBs. Em se tratando das Universidades, destaca-se o Centro Agroambiental de Tocantins – CAT contribuindo na organização social junto a academia, inovando processos produtivos e sistêmicos, chama a atenção para os sistemas agroflorestais. Os técnicos e representantes de agricultores tiveram sua contribuição, a destacar pela experiência da comunidade de Uraim no município de Paragominas, onde foram incentivados o consórcio de espécies frutíferas, o apoio foi dado pela Secretaria de Agricultura do Estado – SAGRE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas.

A partir dessas experiências é possível compreender dois movimentos que de início não parecem ter relação, de um lado as lutas pela posse e uso da terra (assentamentos, reservas extrativistas, territórios indígenas e quilombolas etc.), do outro as práticas alternativas de produção agrícola. Essa relação passa a ficar mais nítida no estado a partir da década de 1990, com a introdução das ideias agroecológicas incentivadas pelas ONGs.

Entre as ONGs destacam-se o Grupo Novas Propostas de Agroecologia na Amazônia – GTNA, constituído pela acessória e contribuição financeira da organização alemã Pão Para o Mundo – PPM, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE e uma rede de técnicos espalhada pelos estados da Amazônia Legal, havendo pela primeira vez uma ação em rede, mesmo não tendo uma definição para a agroecologia, suas atividades baseavam-se em princípios agroecológicos como diversificação da produção, participação, diálogo de saberes, entre outros, assim como a busca pela visibilidade da produção alternativa.

Outra importante Organização Não Governamental foi a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - PASE, a qual fortalece a organização dos agricultores por meio da criação de três Centros de Tecnologias Alternativas – CTAs,

porém suas ações foram pontuais devido o enfoque dos movimentos sociais, que estavam nesse momento mais voltado para a questão fundiária.

Outro marco de luta e organização no Campo foram os sucessivos Gritos da Terra, inicialmente promovidos para contestar a violência e truculência no Campo e a desburocratização do Fundo Constitucional do Norte – FNO, tendo conquista como o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE), tornando-se política pública através do Plano Plurianual – PPA de 2004 e encerrado em 2007.

A partir dos anos 2000 a agroecologia começa a ser internalizada aos movimentos sociais. Segundo os autores, esse envolvimento tardio foi a principal causa de não se alcançar coalizões mais fortes em prol da agroecologia no estado do Pará. Porém, as ações após o massacre de Eldorado dos Carajás, foram significativas com avanços a nível federal em políticas como Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, políticas territoriais e políticas de assistência técnica e extensão rural – ATER.

As instituições de ensino, ao passarem a promover ações desde o ensino básico com a Formação Inicial e Continuada – FIC, até cursos de pós-graduação e o movimento de educação do campo foram protagonista na luta por uma educação do campo e por levar as ideias agroecológicas, o que promoveu a institucionalização da agroecologia no estado.

No período de 2004 a 2006 ocorreu um certo avanço das ideias agroecológicas em relação as políticas estaduais, pela primeira vez o estado por meio de EMATER – PA promove incentivos e ações de formação, intercâmbios no interior do estado e em experiências de outras unidades federativas, seminários estaduais, e demais iniciativas, com o intuito de fortalecer as relações com os agricultores, tendo apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

De 2007 ao ano de 2010, o estado passa a incentivar o fortalecimento da promoção da agroecologia, produção orgânica e de políticas territoriais. Foram criados oito territórios e construídos os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável

(PTDRS), tendo a agroecologia como base. Essas políticas foram extintas a partir de 2011, onde ascende ao governo do estado o grupo político cuja linha de pensamento é opositora.

Apesar de avanços, o Estado passa a esvaziar as políticas de promoção a agroecologia a partir de 2011, demonstrando que não houve institucionalização suficiente. De 2016 a 2019 nem ao menos foi citado o termo agroecologia nos planos plurianuais do estado, entretanto, em nível da união ocorreram incentivos significativos na promoção da agroecologia a partir de 2010, sendo no ano de 2012 surge a Política Nacional de Agroecologia – PNAPO. No ano seguinte é formulado o primeiro Plano Nacional de Agroecologia – PLANAPO para implementação, de 2013 a 2015. A partir do ano de 2016 é elaborado/atualizado o segundo PLANAPO para implementação de 2016 a 2019. Também foram intensificados outros temas relacionados a agroecologia como a luta contra os agrotóxicos.

Neste período foram criados ainda os Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs cuja implantação se deu por meio de convite do MDA, promovendo cursos, palestras e intercâmbio, sua principal contribuição tem sido o apoio a ensino, pesquisa e extensão de forma articulada, atualmente encontram-se 18 grupos de pesquisa, porém, desde 2016 com os cortes no orçamento os grupos passaram a trabalhar de forma isolada.

Como política nacional de promoção da agroecologia as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, nas modalidades PRONAF Agroecologia, o PRONAF Florestas e o PRONAF Eco. Outro programa de incentivo é o ECOFORTE, o qual contribuiu no financiamento de um projeto territorial, de uma rede de Agroecologia e de um projeto no nível municipal, são eles respectivamente o Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais – POLOPROBIO e o “Maré Alta” da Associação dos Meliponicultores de Curuçá (ASMELC) no ano de 2014. Outros programas também importantes para a promoção a agroecologia no estado foram o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Outros avanços significativos ocorreram na esfera da sociedade civil, tendo em 2015 ocorrido o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA em Belém e em 2018 o IV Encontro Regional de Agroecologia – ERA no município de Abaetetuba, além dos encontros foram criados instrumentos como o Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos, surgido em 2014 e o Comitê Paraense da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, o qual começou seus trabalhos em 2017. Esses instrumentos de diálogo têm sido importantes para a promoção da fiscalização e regularização da temática relacionada aos agrotóxicos, tendo diferenças nas intencionalidades, o fórum pretende regularizar e diminuir o uso dos agrotóxicos, enquanto o comitê almeja a sua eliminação.

É possível compreender, que ao mesmo tempo em que há ausência da política estadual de agroecologia no território paraense, ocorreu/ocorre rica variedade de experiências, promovendo tipologias territoriais ligadas as lutas do Campo, lutas essa que se expressam na tríade Vida, Dignidade e Território, essas tipologias marcam uma outra racionalidade de pensar a relação Sociedade/Natureza, produzindo formas espaciais diferenciadas que respondem ao mesmo propósito como os assentamentos, as reservas extrativistas, os territórios indígenas e quilombolas, assim como a promoção da agriculturas familiar pela fixação da Pessoa do Campo. Todas essas iniciativas promovem uma nova configuração do espaço agrário paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os diferentes processos de ecologização na configuração espacial do território paraense, observou-se dois processos em andamento, o ecotecnocrático e o ecossocial, ambos representados por atores sociais que se apresentam antagônicos em se tratando das relações com o ambiente, observou-se também que a linha ecotecnocrático ganhou espaço nas políticas públicas estaduais principalmente a partir de 2010. Enquanto, as políticas ligadas ao processo ecossocial foram esvaziadas a nível estadual, porém promovidas a nível federal.

Mesmo que essas políticas tenham sido enfraquecidas a partir de 2016, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e em 2019 com a revogação

da política nacional de promoção a agroecologia e produção orgânica. Assim como a retirada de órgãos que serviam de promotores do diálogo com a sociedade civil, como a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção orgânica – CNAPO, a presença de experiências agroecológicas promovida a partir da organização de movimentos, sindicatos e outras instituições como de ensino superior puderam garantir uma constante crescente das propostas de ecologização da agricultura sob bases ecossocial.

A nível estadual com a mudança do grupo político que formava clara oposição as ideias agroecológicas, já que, como visto, este grupo esvaziou e inviabilizou as políticas voltadas a agroecologia, por um grupo político que se apresenta de certa forma mais aberto ao diálogo com agroecologia, porém, é visto com certa desconfiança, já que suas práticas estão mais próximas de um populismo. No entanto, a ocorrência dos debates e aprovação de minuta da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade – PEAPOS em 2020, demonstra avanço nos debates a nível estadual da rede sociotécnica de ecologização da agricultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS NA AMAZÔNIA: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012 .

ASSIS, William Santos de; PIRAUX, Marc; AZEVEDO, Hueliton Pereira DISSONÂNCIAS NO ESTADO DO PARÁ ENTRE A INEXISTÊNCIA DA PEAPO E A TRAJETÓRIA RICA DA AGROECOLOGIA In: **Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais** / Eric Sabourin, Stéphane Guéneau, Julianna Colonna, Luiz Raimundo Tadeu da Silva (organizadores) – Curitiba: CRV, 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio **AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural SUSTENTÁVEL**. Porto Alegre, 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto. PETERSEN, Paulo **AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL**. **Agroecología** 6: 63-74, 2012.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios)

DOURADO, José Aparecido Lima. **AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: PARA ALÉM DAS TRINCHEIRAS DISCURSIVAS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/AGRÍCOLA AGROECOLÓGICA**, São Paulo, No. 16, pp. 4-34, 2012

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8ª. Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 494 p.

FPMC – FORUM PARAENSE DE MUDANÇAS CLIMATICAS **Recomendações para uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Pará** / organizadores, Antônio José da Silva Sousa ... [etal]. – Belém, PA: Imazon, 2015.

BRITO, Brenda. Avaliação do relatório do senador Carlos Fávaro sobre projetos de lei de regularização fundiária. IMAZON, Belém/PA, 2021.

SANTOS, Anajá Antonia Machado Teixeira dos. **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A SUSTENTABILIDADE**; Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade / organizadores Fábio Dal Soglio e Rumi Regina Kubo ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla, WOODGATE, Graham. AGROECOLOGÍA: FUNDAMENTOS DEL PENSAMIENTO SOCIAL AGRARIO Y TEORÍA SOCIOLÓGICA **Agroecologia**, 8 (2): 27-34, 2013.

Aelton Dias Costa – Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI). Bolsista Fapespa. Graduado em Geografia pela Faculdade de Geografia e Cartografia. Membro técnico do Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins e Membro do Grupo de Pesquisa GEPIATI-Grupo Estudo e Pesquisa Interdisciplinar sobre Ambiente, Território e Interculturalidade.

Rita Denize de Oliveira - Possui graduação em GEOGRAFIA pela Universidade Federal do Pará (1999) e Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2002), atualmente professora nível superior da Universidade Federal do Pará e Doutora em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Desenvolve pesquisas em parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi tem experiência na área de Pedologia, atuando principalmente nos seguintes temas: pedologia (solos antropogênicos), Agroecologia, geomorfologia fluvial, bacia hidrográfica e impactos socioambientais vinculados a construção de Usinas Hidrelétricas.

Max José Costa Costa – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI (UFPA). Especialização em Extensão, Inovação Socioambiental e Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares – UFPA. Graduação em Licenciatura em Educação do Campo.

Tairis Dias Costa – Graduanda do 6º semestre de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (FACDES/INEAF/UFPA). Bolsista CNPq do Projeto “Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará”. Membro do LABCARTS - Laboratório de Cartografia social do Baixo Tocantins e do Grupo de Pesquisa GEPIATI - Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar sobre Ambiente, Território e Interculturalidade.

Recebido para publicação em 12 de setembro de 2022.

Aceito para publicação em 03 de abril de 2023.

Publicado em 01 de maio de 2023.